

ACTA N.º 8

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 11 de Dezembro de 2002.

Aos onze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dois reuniu, no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Maria Graciete A. Costa de Brito, Paulo Francisco Espírito Santo, Maria Felícia Prudêncio Gameiro, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, Manuel Luís Cruz Bárbara, Anabela Leal Agostinho da Silva, António Jesus Milheiriço, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, João Abílio Mourato Rosa, em substituição de Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, Cláudia Cristina Favas Rodrigues e António da Conceição Moreira. Estiveram ausentes os eleitos Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, por ter pedido suspensão de mandato, e Carlos Jorge Duarte Pereira.

Constituída a Mesa, pela sua Presidente, Vera Lúcia Santos Noronha, e pelos Secretários Maria Graciete A. Costa de Brito e Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, foi iniciada a sessão, cerca das vinte e uma horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

Ponto dois – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro - art.º 17.º-e;

Ponto três – Proposta de Empréstimo a longo prazo no montante de 157.121,00 € para aprovação;

Ponto quatro – Aprovação de Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor do Sacadura;

Ponto cinco – Proposta para alienação dos lotes 2 e 3 da Praça Central do Centro Cívico de Alpiarça;

Ponto seis – Aprovação de Adenda à tabela de preços de utilização da Piscina Interior;

Ponto sete – Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para 2003;

Ponto oito – Aprovação do Orçamento para 2003;

Ponto nove – 1.ª Revisão Orçamental de 2002;

Ponto dez – Alteração ao Regulamento da Nave Desportiva de Alpiarça;

Ponto onze – Aprovação do Protocolo para a Construção de Unidade Fabril no Parque Industrial de Alpiarça.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Assembleia Municipal informou que, por lapso, a acta da última sessão não foi entregue, pelo que será aprovada no final da ordem de trabalhos.

A Presidente da Mesa deu início a este período, convidando os autarcas a apresentarem as suas moções ou outros documentos à mesa e, em nome desta, deu os parabéns à eleita Cláudia Rodrigues pelo seu casamento.

Seguidamente, leu informação datada de doze de Setembro último, da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição, sobre a elaboração das actas, no que diz respeito à sua forma e conteúdo. Também apresentou parecer Jurídico da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre requerimentos à Assembleia Municipal e informação sobre a designação correcta dos membros da Assembleia Municipal, de acordo com parecer da mesma Associação. Informou, ainda, sobre o IV Encontro Nacional de Autarcas, que se realizou em Santarém em onze de Novembro, tendo dado a conhecer a respectiva declaração final. Após ter informado sobre a correspondência enviada, deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal.

A eleita Leonor Ribeiro apresentou, em nome da bancada do Partido Socialista, uma moção, sobre a crise de valores que atravessa o país, com o seguinte teor:

Moção número um:

“Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex. ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal

A crise de valores que atinge a nossa sociedade, não tem comparação em tempos de democracia!

Em que estado vivemos nós e que herança vamos nós deixar aos nossos filhos?

É uma herança pouco digna mas muito pesada!

Adiar a resolução dos problemas é atribuir culpas a todos, menos a quem governa, julga, educa, deveria proteger e, não é senão adoptar a política da avestruz.

Os três poderes: o legislativo, o executivo e o judicial estão a ser postos em causa e questionados, de uma assentada só. Todos, temos todas as razões do mundo para não

acreditarmos em mais nada e em mais ninguém! Cabe a cada um de nós não se fechar numa política de silêncio mas, reclamar bem alto as nossas exigências, os nossos direitos.

Não é calando, nem escondendo factos que se denunciam ocorrências menos dignas!

Não é deixando os processos prescreverem por falta de provas, ou por influências de quem está demasiado bem colocado na sociedade, que se mantém a crença numa justiça igual para todos, e que não morra solteira.

Cada dia somos inundados de mais e mais informações e até imagens de corrupção, de gente com falta de escrúpulos e aquilo que mais se prevê é a impunidade dos responsáveis por este escândalo do país!

As Instituições, os Lares, as Associações são comparáveis de bom ou mau grado à tradição, que já não é o que era!

Moderna: Associação criminosa, Interesses...

Guarda Nacional Republicana, Brigada de Trânsito: corrupção activa, coerção (75 casos desde Abril)...

Casa Pia de Lisboa: Pedofilia, Processos Arquivados, Jogos de Interesse...

Escolas: Desresponsabilização de Pais, Encarregados de Educação, Educadores; violência e agressões a professores...

Uma lista que parece não ter fim, tal é o número de casos que inundam os nossos jornais e telejornais diários, e que chegam ao conhecimento de uma população passiva que, embora chocada, assiste ao descalabro da sua sociedade.

A Comunicação Social faz as denúncias, empenha-se nas pesquisas, e recolhe testemunhos. Será que a Justiça e os Tribunais irão agora ficar indiferentes, sem cumprirem o seu papel, ou julgarão apenas um bode expiatório ao sabor «amargo» dos acontecimentos ditados pelos «médias».

A sociedade portuguesa não escapará a este flagelo de violências e de falta de respeito pela condição humana, se não exigir às instituições políticas e judiciais que funcionem com eficácia, investigando e punindo, enquadrando-se em factos e não em suposições ou pressões de qualquer espécie, todo o tipo de criminalidade, seja a corrupção ou a pedofilia.

O cidadão comum, e todos nós, deveremos reaprender a interiorizar conceitos e valores que contribuam para o aperfeiçoamento de comportamentos e atitudes em sociedade, tendo o privilégio de poder ainda dizer que pertence a um estado organizado e responsável, que garante o direito de viver em paz e segurança aos seus cidadãos.

O país não pode bater mais fundo!!

A Bancada do Partido Socialista”.

A eleita Cláudia Rodrigues apresentou, em nome da bancada do Partido Socialista, uma moção sobre o novo imposto sobre o vinho, a ser criado brevemente, com o seguinte teor:

Moção número dois:

“De acordo com o que tem vindo a ser noticiado por alguma imprensa, está a ser preparada pela Comissão Europeia uma medida no sentido de se criar mais um imposto sobre o vinho, sem que por parte do nosso Governo, através do seu Ministério da Agricultura, tenha sido tomada uma posição de desaprovação sobre tal. A ser criado, este imposto criará graves e preocupantes consequências para todos os vitivinicultores, já que se prevê que a nível nacional, tal medida possa representar uma quebra de mais de 35% do consumo, e que inevitavelmente levantará muitas dificuldades para o mercado de venda deste importante produto agrícola.

Apesar de nos últimos anos muitos terem sido forçados a deixar a agricultura como principal ocupação profissional, continuamos a ser uma região essencialmente agrícola, que abrange ainda uma grande percentagem da nossa população activa.

A vitivinicultura é a actividade económica da nossa região que ao longo dos anos tem marcado as sucessivas gerações e que económica e socialmente é determinante para a vivência e para os costumes da nossa terra.

Perante esta medida, que a ser aplicada terá sérios prejuízos para o nosso concelho, é nosso dever lutar através dos meios institucionais disponíveis, contra a adopção de tal imposto, e exigir que o Governo Português defenda condignamente os interesses nacionais e regionais relacionados com este sector.

Actualmente, o sector vive já em crise, pelo que a aplicação deste novo imposto poderá traduzir-se no grande agravamento desta actividade na nossa região, pondo em causa a sobrevivência de muitos agricultores”.

Assembleia Municipal, Alpiarça, 11 de Dezembro de 2002

A Bancada do Partido Socialista”

O eleito João Abílio apresentou moções, em nome da Bancada da CDU, sobre a actividade do Grupo de Dadores Benévolos de Sangue de Alpiarça e sobre a actividade da Sociedade Filarmónica Alpiarcense, 1º. de Dezembro, com o seguinte teor:

Moção número três:

“O Grupo de Dadores Benévolos de Sangue de Alpiarça tem contribuído, de forma persistente e continuada, para minorar uma situação que aflige os Hospitais, que é a da falta de sangue.

A sua actividade desenvolve-se por todo o concelho, tendo já no corrente ano efectuado 10 recolhas de sangue em Alpiarça, nos Frades e no Casalinho.

Para além da sua actividade normal, promoveu uma recolha de sangue na vizinha Cidade de Almeirim, com o objectivo de apoiar o nascimento de um Grupo de Dadores Benévolos naquela cidade.

A Assembleia Municipal de Alpiarça elogia e enaltece o trabalho altruísta e de elevado amor pelo próximo que tem sido levado a cabo pelo Grupo de Dadores Benévolos de Sangue de Alpiarça.

Pela Bancada da C.D.U”.

Alpiarça, 11 de Dezembro de 2002

Moção número quatro:

“A Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro está a comemorar o seu septuagésimo primeiro aniversário. Ao longo dos seus 71 anos de história, tem possibilitado ao povo de Alpiarça a fruição de inúmeras actividades de carácter musical, pela sua Banda Filarmónica, Escola de Música e Orfeão; de carácter cultural pelas Tertúlias e Exposições e de carácter lúdico, através da Escola de Danças Desportivas, Pesca Desportiva, Cicloturismo e torneios de jogos diversos, contemplando assim vários gostos e sensibilidades.

A Assembleia Municipal de Alpiarça felicita a Direcção e os associados da S.F.A. 1.º de Dezembro pelo seu aniversário e congratula-se pelo serviço prestado à população de Alpiarça.

Pela Bancada da C.D.U”.

Alpiarça, 11 de Dezembro de 2002

O eleito Ricardo Hipólito apresentou dois requerimentos, em nome da Bancada da C.D.U.

A Presidente da Mesa colocou à discussão as moções, que foram seguidamente votadas, com os seguintes resultados: moção número um, aprovada por maioria, com dez votos a favor e cinco abstenções; moções números dois, três e quatro, aprovadas por unanimidade.

A Presidente da Mesa salientou que se encontrava nas pastas dos membros da Assembleia Municipal o documento prévio respeitante ao Regimento da Assembleia, para

que se pronunciassem sobre o mesmo. A eleita Sónia Sanfona esclareceu que o documento foi o resultado do trabalho de um grupo e que por isso os restantes membros devem apresentar sugestões. O documento foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.

Estando feitas as cópias da acta da última sessão, a Presidente da Mesa interrompeu a sessão por cinco minutos para a respectiva leitura.

Em seguida, foi a acta colocada à discussão e, após feitas pequenas correcções, aprovada por maioria, com seis abstenções e nove votos a favor. Os eleitos Cláudia Rodrigues e Pedro Gaspar abstiveram-se por não terem estado presentes na sessão.

Os membros da Assembleia Ricardo Hipólito e Cláudia Rodrigues solicitaram esclarecimentos sobre, respectivamente, um parque de sucata na Atela, o licenciamento para a extracção de inertes no Patacão e a finalização das obras na estrada do campo, tendo o Presidente da Câmara prestado esclarecimentos, por solicitação da Presidente da Mesa.

Sobre a extracção de inertes na zona do Patacão intervieram, ainda, os eleitos Paulo Espírito Santo, novamente Ricardo Hipólito e a Presidente da Mesa que, face ao teor das intervenções, solicitou que as mesmas tenham um carácter mais moderado.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

Passou-se à apreciação da informação da Câmara, apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara apresentou um projecto de remodelação da rede de abastecimento de água a todo o concelho, que se iniciou no Frade de Baixo e vai ter continuidade no Casalinho. Leu, seguidamente, um documento sobre resolução final do Tribunal de Relação de Évora sobre processo contra a CDU, movido pelo Presidente da Câmara.

Os membros da Assembleia, Manuel Luís Bárbara e Ricardo Hipólito, intervieram para solicitar esclarecimentos sobre a ETAR e o quartel da GNR, respectivamente, e Vasco d'Aguiar sobre o processo contra a CDU, tendo o Presidente da Câmara dado resposta.

Ponto dois – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro - art.º 17.º-e;

Neste ponto foi apresentada pela Presidente da Mesa a necessidade de substituição dos elementos propostos pela Assembleia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e, após alguns esclarecimentos, a questão foi colocada em discussão. Interveio a eleita Sónia Sanfona, no sentido de ser solicitado relatório de actividades a esta Comissão, para posterior aprovação pela Assembleia, e fazendo referência ao perfil dos elementos que a devem integrar.

A Presidente da Mesa apresentou a seguinte proposta de nomes a integrar a Comissão, por designação da Assembleia Municipal:

Eleita Felícia Gameiro

Munícipe Enf^a Mónica Sanfona

Eleita Leonor Ribeiro

Munícipe Dr. Vítor de Castro

O eleito Vasco d'Aguiar propôs para a integrar a Comissão a professora Mary Pimenta d'Aguiar.

Foi colocada a primeira proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com três votos contra, uma abstenção e onze votos a favor.

Ponto três – Proposta de Empréstimo a longo prazo no montante de 157.121,00 € para aprovação;

Tendo sido dados esclarecimentos pelo Presidente da Câmara, foi colocada a proposta à votação e aprovada por unanimidade.

Ponto quatro – Aprovação de Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor do Sacadura;

Após esclarecimentos do Presidente da Câmara, foi aprovada a proposta por unanimidade.

Ponto cinco – Proposta para alienação dos lotes 2 e 3 da Praça Central do Centro Cívico de Alpiarça;

O Vereador José Carlos Ferreirinha apresentou esclarecimentos. Colocada à votação foi aprovada a proposta por unanimidade.

Ponto seis – Aprovação de Adenda à tabela de preços de utilização da Piscina Interior;

Intervieram os eleitos Vasco d'Aguiar, Paulo Espírito Santo, Sónia Sanfona, Ricardo Hipólito e Pedro Gaspar, tecendo considerações sobre a pertinência da taxa de revalidação do cartão de utente das piscinas municipais. Colocada a adenda à votação foi aprovada por maioria, com quatro abstenções e onze votos a favor.

Ponto sete – Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para 2003;

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre o Plano e respondeu a questões colocadas pelo eleito Ricardo Hipólito sobre a informação disponibilizada no site da *Internet* no que se refere ao património e cultura e sobre pequenas lixeiras que estão a surgir. A Presidente da mesa solicitou informação sobre a empresa *Ecolezíria* e as eleitas Sónia Sanfona e Cláudia Rodrigues teceram elogios ao plano apresentado, quer no que respeita à forma, quer ao conteúdo. O Presidente da Junta de Freguesia fez uma intervenção sobre a melhoria verificada nos espaços ajardinados durante estes dois mandatos e a vereadora Vanda Nunes comentou a desatenção do eleito Ricardo Hipólito no que se refere aos eventos culturais de Alpiarça

Colocado o plano à votação foi aprovado por maioria, com dez votos a favor e quatro abstenções, encontrando-se momentaneamente ausente um dos membros da Assembleia.

Ponto oito – Aprovação do Orçamento para 2003;

Após o Presidente da Câmara ter dado esclarecimentos e não tendo havido intervenções foi o orçamento colocado à votação e aprovado por maioria, com quatro abstenções e onze votos a favor.

Ponto nove – 1.^a Revisão Orçamental de 2002;

Após o Presidente da Câmara ter dado esclarecimentos e não tendo havido intervenções foi a revisão orçamental colocada à votação e aprovada por unanimidade.

Ponto dez – Alteração ao Regulamento da Nave Desportiva de Alpiarça;

Colocada em discussão a alteração ao Regulamento da nave desportiva, intervieram os eleitos Paulo Espírito Santo, que considerou ter encontrado algumas incongruências e propôs que apenas seja presente à Assembleia Municipal depois de algumas alterações. As eleitas Sónia Sanfona e Cláudia Rodrigues solicitaram esclarecimentos, após o que foi colocada à votação a proposta do eleito Paulo Espírito Santo, que foi rejeitada, com seis abstenções, oito votos contra e um voto a favor.

Foi votado o documento tal como foi apresentado, tendo sido aprovado por maioria, com duas abstenções e treze votos a favor.

Ponto onze – Aprovação do Protocolo para a Construção de Unidade Fabril no Parque Industrial de Alpiarça;

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre este protocolo, tendo o eleito Ricardo Hipólito solicitado esclarecimentos adicionais sobre a delegação de competências para assinatura do mesmo e sobre o possível impacto ambiental que, eventualmente, se

poderá verificar.

Foi colocado o protocolo à votação e aprovado por maioria, com onze votos a favor e quatro abstenções. A bancada da CDU apresentou a seguinte declaração de voto:

“Na votação relativa ao Protocolo com a empresa Renoldy, Produção e Comercialização de Leite e Produtos Lácteos, Ld^a., a bancada da CDU, apesar de considerar bem intencionado o subjacente à instalação unidade fabril em causa, nomeadamente a criação de postos de trabalho, absteve-se porque entende que vários pontos do Protocolo é violador do Regulamento da Z.I., é extremamente desequilibrado no que respeita às obrigações das partes, sem garantias para o esforço que a autarquia se propõe realizar e mesmo no aspecto de criação de postos de trabalho, as contrapartidas são muito ambíguas.

Para além de tudo isto, a CDU tem muitas dúvidas sobre todo o processo que levou a Câmara Municipal a adquirir os lotes de terreno da Z.I., a particulares para agora os ceder à Renoldy, sendo nosso entendimento que não foram utilizados todos os meios para reagir, a uma transacção que, também em nossa opinião, viola o já referido Regulamento”.

A Bancada do CDU.

Sobre a declaração de voto da CDU teceram ainda considerações os eleitos Manuel Luís Bárbara, Paulo Espírito Santo e Vasco d’Aguiar, tendo o eleito Manuel Luís Bárbara, efectuado a seguinte declaração de voto: “No presente caso não posso estar mais em desacordo com a bancada da CDU.

E isto por duas ordens de razão:

- A transparência que resulta da descrição do processo de aquisição do terreno, conforme o explicado pelo Sr. Presidente da Câmara.
- E a outra é a necessidade de criação de empresas neste Concelho, que proporcionem emprego e riqueza”.

PERÍODO DE DEPOIS DE ORDEM DO DIA

Concluída a ordem do dia e havendo diversa assistência na sala, a Presidente da Mesa informou que estava aberto o período para intervenção do público e que os munícipes presentes apenas poderiam usar da palavra por uma única vez, por um máximo de cinco minutos, devendo preencher para o efeito uma ficha de inscrição.

Interveio a Muniçipe Maria Regina Ferreira sobre a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, explicitando alguns procedimentos e dando sugestões.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Não se registando mais intervenções dos munícipes, a Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/O.C.